



Exposição “100 anos de arte paulista” - CPFL

Valéria Picolli

Núcleo de Pesquisa em Crítica e História da Arte
Pinacoteca do Estado de São Paulo

Texto de apresentação

Em 1912, ano de criação da CPFL, a Pinacoteca do Estado de São Paulo publicava seu primeiro catálogo, uma pequena encadernação de seis páginas. Ali eram elencadas as pouco mais de cinquenta pinturas que naquela altura constituíam a coleção do museu. Esse número, embora hoje nos pareça pouco expressivo, representava já o dobro em relação à quantidade de obras que tinham sido transferidas do Museu do Estado – atual Museu Paulista da USP – pelo Governo de São Paulo para a criação da Pinacoteca sete anos antes.

A Pinacoteca havia sido instituída em 25 de dezembro de 1905 pelo Governo do Estado de São Paulo como uma galeria de pintura junto ao Liceu de Artes e Ofícios, instituição de ensino profissionalizante, destinada a formar artesãos e trabalhadores para a construção civil e o comércio. Naquela época, o Liceu era dirigido por Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), engenheiro e arquiteto responsável pelo projeto de vários dos edifícios públicos mais importantes da cidade de São Paulo nas décadas iniciais do século XX, como o Teatro Municipal e o Mercado Municipal. As primeiras 26 pinturas que formaram a Pinacoteca eram de autoria de oito artistas consagrados do final do século XIX, que tinham vivido ou produzido na cidade de São Paulo por certo período, como José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), Pedro Alexandrino (1856-1942), Oscar Pereira da Silva (1867-1939) e Antonio Parreiras (1860-



1937), entre outros. A opção por separar, dentre o enciclopédico acervo do Museu do Estado o que se considerava na época “acervo artístico” evidencia, sem dúvida, uma visão oficial da arte no período. Dessa forma, os diversos gêneros de pintura praticados nas academias, como as cenas de gênero e interioranas, a natureza morta, a paisagem e a pintura histórica, vieram integrar a Pinacoteca do Estado, enquanto as peças de arqueologia, antropologia, zoologia e história permaneceram no edifício do Ipiranga.

Também em 1912 o Governo do Estado de São Paulo regulamentava o Pensionato Artístico, um programa que subvencionava estudos de aperfeiçoamento de artistas paulistas na Europa, à maneira do que fazia a Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro desde a década de 1840. O decreto que instituiu o programa afirmava que o Governo manteria “em centros artísticos da Europa, moços paulistas dos que maior vocação artística houverem demonstrado para o estudo da pintura, escultura e da música ou canto...”. Após um rígido exame de seleção, o vencedor era apontado por uma comissão, em que desempenhava um papel central o senador José de Freitas Valle (1870-1958). Ao Governo do Estado cabia garantir a permanência do estudante em Roma ou Paris por cinco anos, período que poderia ser prorrogado por mais dois anos, com uma bolsa mensal. Em contrapartida os artistas deveriam apresentar provas de seu processo de aperfeiçoamento, doando para a Pinacoteca, em seu retorno, cópias de quadros célebres de mestres europeus, bem como trabalhos originais executados durante o período da bolsa. Ao longo dos 29 anos de existência do Pensionato Artístico, o acervo da Pinacoteca foi enriquecido com obras de artistas como Anita Malfatti (1889-1964), Tulio Mugnaini (1895-1975) e Victor Brecheret (1894-1955). De forma geral, a produção enviada pelos pensionistas seguia os padrões estabelecidos pelas academias de belas artes.

O acervo da Pinacoteca, hoje com cerca de dez mil obras, foi se constituindo ao longo desse percurso centenário a partir de diversas estratégias de



incorporação. Uma delas, e justamente a que deu origem à instituição, foram as transferências, que trouxeram para o museu obras também pertencentes ao Governo do Estado que se encontravam dispersas em suas diversas repartições. Essas transferências são resultado de reflexões e definições acerca da natureza do acervo abrigado em cada instituição. Um exemplo importante dessa prática é a transferência ordenada pelo historiador Sergio Buarque de Holanda (1902-1982), diretor do Museu Paulista em meados da década de 1940, de diversos trabalhos considerados por ele como de cunho artístico, permanecendo no Ipiranga as obras vistas como de referência histórica. Nessa ocasião, foram incorporadas à coleção da Pinacoteca pinturas de Almeida Júnior e Henrique Bernardelli (1858-1936), por exemplo. Outras transferências importantes seriam ordenadas em vários outros momentos no percurso histórico da instituição.

Os Salões de Arte promovidos pelo Governo do Estado foram outra iniciativa que proporcionou a entrada de obras no acervo do museu. Os trabalhos premiados nos Salões Paulistas de Arte Moderna, que ocorreram entre 1951 e 1968, ficavam sob a guarda do Serviço de Fiscalização Artística. No final da década de 1970, a historiadora e crítica de arte Aracy Amaral (1930), então diretora da Pinacoteca, solicitou ao Serviço de Fiscalização a transferência das obras premiadas que viriam enriquecer o acervo do ponto de vista qualitativo, acrescentando a ele pinturas de Maurício Nogueira Lima (1930-1999), Luiz Sacilotto (1924-2003) e Judith Lauand (1922). A partir de 1969, o Salão Paulista de Arte Moderna passaria a se chamar Salão Paulista de Arte Contemporânea, e os trabalhos premiados passaram a ser destinados diretamente à Pinacoteca.

A coleção da Pinacoteca também recebeu peças importantes que foram adquiridas pelo Governo do Estado especificamente para sua complementação. Esta prática teve início em 1913 com a compra de uma obra do pintor espanhol Enrique Martínez Cubells y Ruiz (1874-1947), que tinha sido



apresentada na 2ª *Exposição de Arte Espanhola* realizada no Grande Hotel, em São Paulo, naquele ano. Em outras ocasiões, o Governo do Estado adquiriu grandes conjuntos de obras de artistas consagrados como ocorreu, por exemplo, com o espólio do pintor paulista Pedro Alexandrino, adquirido em 1944 da viúva do artista; ou, então, com as 387 gravuras de Marcelo Grassmann (1925), representativas da produção do artista até 1969, ano de aquisição deste conjunto. Em 2005 ainda, é incorporado um importante lote de nove aquarelas de autoria de Miguelzinho Dutra (1812-1875), pintor natural de Itu, cuja atividade se estende até Piracicaba e Rio Claro na segunda metade do século XIX. Dos primórdios da história da Pinacoteca até a atualidade, a aquisição de obras pelo Governo do Estado vem ocorrendo com alguma regularidade, dependendo das prioridades estabelecidas por cada gestão, assim como do grau de envolvimento dos governantes com o projeto institucional do museu.

Nesse contexto, merecem destaque três aquisições realizadas pelo Governo do Estado entre o final a década de 1920 e meados da década de 1930. Trata-se das pinturas *Bananal*, de Lasar Segall (1891-1957); *São Paulo*, de Tarsila do Amaral (1886-1973), e *Mestiço* de Candido Portinari (1903-1962). As duas primeiras obras foram compradas diretamente dos artistas por iniciativa do então governador Julio Prestes (1882-1946). *Mestiço* é a primeira obra de Portinari adquirida por um museu, a partir da indicação de Mario de Andrade (1893-1945), membro do Conselho de Orientação Artística do Estado. Estas foram as primeiras obras modernistas a ingressarem no acervo de um museu brasileiro e representam a consagração inicial desse movimento. A partir do final da década de 1960, o museu passaria a ser entendido como um espaço também voltado para a arte do seu tempo. Desde então, há um esforço contínuo para a consolidação de uma política cultural para a instituição, incluindo critérios mais rigorosos para a incorporação das obras. A criação do novo Conselho de Orientação Artística (COA) em 1970, é uma das importantes



iniciativas que garantem a ampliação da autonomia do museu e norteiam as políticas implantadas pelas gestões que se seguiram, até a atualidade.

As doações privadas foram outra prática corrente que, desde a fase inicial da entidade, vem colaborando para o enriquecimento do acervo da Pinacoteca. Tais iniciativas buscam imortalizar o nome do doador, ao mesmo tempo em que vislumbram no museu um espaço de consagração social. Entre as décadas de 1920 e 1960, grandes conjuntos de obras doadas ilustram bem essa dinâmica. As coleções das famílias Azevedo Marques (doada em 1949) e Silveira Cintra (doada em 1956), bem como a de Julieta Bueno de Andrada Noronha (doada em 1965) tem um perfil semelhante. São exemplos do gosto específico do colecionismo da época, que reunia obras de artistas consagrados, franceses e brasileiros, ligados aos ensinamentos das escolas de belas artes. Doadas por decisão do patriarca ou de seus familiares, constituem iniciativas que aspiram ao reconhecimento do titular e à garantia de indissolubilidade da coleção constituída pelo esforço individual.

Exemplo a ser destacado nesse âmbito é a doação efetuada pelo teatrólogo e professor Alfredo Mesquita (1907-1986), fundador da Escola de Artes Dramáticas, que funcionou no edifício da Pinacoteca durante muitos anos. Trata-se de um conjunto expressivo de obras que evocam sua posição de intelectual atuante em São Paulo. A relação específica com o teatro se evidencia no legado de desenhos de cenografias e figurinos, como os de Clóvis Graciano (1907-1988). Constam de sua coleção trabalhos de artistas modernistas, como Di Cavalcanti (1897-1976) e membros da Família Artística Paulista com os quais conviveu. O amplo espectro de seu legado à Pinacoteca chega às colagens de Mira Schendel (1919-1988), datadas dos anos 1970. A partir da década de 1990, há um expressivo aumento de doações, coincidindo com a reforma do edifício da Pinacoteca, que garante as condições técnicas adequadas ao pleno exercício de suas atividades. Muitas dessas novas entradas, em sintonia com acontecimentos em museus internacionais,



recuperam obras de artistas do final do século XIX e inícios do século XX, recentemente revalorizados após um longo período de obliteração.

Da mesma maneira que famílias abastadas e intelectuais legaram coleções à Pinacoteca, alguns artistas optaram por deixar parte significativa de sua produção – seja em vida, seja por disposição testamentária – ao museu. Tal postura assegura a concentração e a salvaguarda das obras, assim como a possibilidade de exposição pública e consequente perpetuação do artista na história. Nesse sentido, a Pinacoteca sempre teve o privilégio de contar com o apoio dos artistas brasileiros para a ampliação da representatividade de seu acervo. Uma das primeiras doações de artistas foi o autorretrato de Beatriz Pompeu de Camargo (1887-1980), em 1918, obra presente nesta exposição. Alguns anos mais tarde, Henrique Bernardelli disponibilizou, por meio de testamento, 698 trabalhos de sua autoria e de seus irmãos Rodolpho e Félix, além de obras de artistas ligados à tradição clássica, que pertenciam à sua coleção particular. Para comemorar a doação desse conjunto, foi inaugurada em 1937, ano da entrada das obras no acervo, a “Sala Henrique Bernardelli”, na então sede do museu, à rua Onze de Agosto. Outros importantes conjuntos vieram dos espólios de Dario Villares Barbosa (1880-1952) em 1956, constando de 248 obras, como também de Willys de Castro (1926-1988), por doação efetuada por seu companheiro Hércules Barsotti (1914-2010) de cinquenta obras representativas de todo o percurso do artista. As doações vem acontecendo regularmente e tornou-se uma ação fundamental para atualizar o acervo. Os artistas sempre procuram privilegiar os períodos mais relevantes de sua produção, reconhecendo a Pinacoteca como um espaço consagrado da arte brasileira.

Todas essas estratégias e iniciativas vieram colaborar para a constituição do patrimônio artístico que é hoje conservado pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. Embora incompleto, como são todas as coleções por definição, esse acervo, que abrange desde obras do período colonial até a



contemporaneidade, permite infinitas possibilidades de fruição. Nesse sentido, a seleção realizada para a exposição *100 anos de arte paulista* contempla obras que cobrem os cem anos de existência da CPFL – entre 1912 e 2012 –, celebrando assim as trajetórias paralelas das duas instituições. Os artistas escolhidos para a mostra, conforme expresso no título, são todos originários do ou ativos no estado de São Paulo durante o período determinado. A opção por apresentar uma obra de cada artista – em casos raros, duas – tem o intuito de trazer ao público de Campinas uma visão de mais largo alcance da coleção do museu, ao mesmo tempo em que apresenta uma diversidade de meios de expressão, de movimentos artísticos e de propostas poéticas.

A presença do *Estudo para “Caipira picando fumo”* de Almeida Junior, obra de 1893, embora escape ao recorte cronológico estabelecido para a mostra, atua nessa seleção como um prólogo. Constitui-se numa homenagem ao primeiro artista que, a partir de São Paulo, alcançou projeção nacional. O ciclo de pinturas “caipiras” de Almeida Junior, de que este estudo faz parte, desloca o foco da busca pela definição do “tipo nacional”, tema tão caro à arte brasileira do século XIX, para um contexto mais regional, dotando a representação do camponês do interior da província de São Paulo da nobreza de pintura histórica. É no cotidiano simples de homens rudes, flagrados frequentemente em repouso ou no cumprimento de atividades corriqueiras, que o artista procura revelar a dignidade e as virtudes da vida no campo.

A exposição se inicia propriamente com o já citado autorretrato da campineira Beatriz Pompeu de Camargo, pintura de fatura delicada, com inflexões impressionistas e ainda bastante ligada à tradição das belas artes. Prossegue com as obras mais radicalmente modernas de Segall, Brecheret e Flavio de Carvalho (1891-1973), que abrem caminho aos demais artistas da geração modernista – como Graz (1891-1980) e Di Cavalcanti –, bem como àqueles reunidos em torno do Grupo Santa Helena e da Família Artística Paulista, como



Rebolo (1902-1980) e Volpi (1896-1988). Tarsila e Portinari também tem seu trabalho representado na mostra, por meio de desenhos.

Artistas ligados ao movimento abstrato, que emerge no cenário paulista a partir do final da década de 1940, estão reunidos num segundo módulo da exposição. Este se abre com as experiências revolucionárias de Geraldo de Barros (1923-1998) com a fotografia, as chamadas *Fotoformas*. Segue-se um significativo conjunto relativo ao abstracionismo geométrico de Waldemar Cordeiro (1925-1973) e Fiaminghi (1920-2004), como também ao abstracionismo lírico, representado nesse conjunto pela pintora de origem japonesa Tomie Ohtake (1913).

A apropriação de imagens do cotidiano promovida pelos artistas ligados à arte Pop encontra expressão nas obras de Maurício Nogueira Lima (1930-1999) e nas gravuras de Antonio Henrique Amaral (1935). O impulso iconoclasta de Nelson Leirner (1932) é dirigido à própria história da arte na obra *Homenagem a Fontana*. A geração de artistas que reabilita a pintura no início dos anos de 1980 se faz representar nessa seleção por Leda Catunda (1961), Nuno Ramos (1960) e Paulo Pasta (1959). O grupo dos novíssimos artistas ativos atualmente em São Paulo inclui João Loureiro (1972), Tatiana Blass (1979) e o jovem pintor Lucas Arruda (1983). Sua obra, datada de 2012, encerra esta seleção.

O panorama proposto pela exposição *100 anos de arte paulista* visa aproximar o público de Campinas do acervo da Pinacoteca de São Paulo. Ao mesmo tempo, se propõe a garantir o cumprimento de uma das funções primordiais de uma instituição museal que é a divulgação qualificada do seu acervo, proporcionando aos cidadãos o acesso a um patrimônio, que em última instância, é seu.